

Pudera!!!

(Assim vão as SATAS... Vale tudo!!!)

A mesma Comunicação Social que informou os Açorianos que uma Sra. Deputada do Grupo Parlamentar do PSD iria deixar de o ser, para ser integrada nos quadros da SATA em Lisboa, voltou uns dias depois ao assunto, aproveitando um qualquer evento público para questionar o Sr. Secretário dos Transportes que, por acaso, só por acaso, é uma das tutelas do Grupo SATA, o que tinha a dizer sobre aquela contratação.

Ficámos a saber pela boca do Sr. Secretário Regional que nada tinha a dizer, uma vez que as empresas tinham órgãos de gestão e departamentos próprios para tratar destes assuntos (admissões/contratações).

É estranha a postura do Sr. Secretário, pois demonstra um total desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, quando lhe dá jeito mas, para não aplicar o esbulho nos salários, é que não.

Para melhor esclarecimento, transcrevemos parte do Art.º 58 da Lei nº 83-c/2013 de 31 de Dezembro

Controlo da contratação de novos trabalhadores por pessoas coletivas de direito público e empresas públicas
.../...

2 - As empresas públicas e as entidades públicas empresariais do sector público empresarial não podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, determinado e determinável, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3- Em situações excepcionais, fundamentadas na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a carência dos recursos humanos, bem como a evolução global dos mesmos, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode autorizar o recrutamento

a)Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas;

..../...

4- Para efeitos da emissão da autorização prevista no nº anterior, os respectivos órgãos de direcção ou de administração enviam ao membro do Governo responsável pela área das finanças os elementos comprovativos da verificação dos requisitos ali previstos.

5- São nulas as contratações de trabalhadores efectuadas em violação do disposto nos números anteriores, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos nºs 4 a 6 do artigo 48º.

Assim sendo, embora não se conheça qualquer actividade na aviação do quadro em questão (*a não ser o que consta no LinkedIn*), decerto que foi a **imprescindibilidade!!** que motivou a admissão. Curioso é saber também que a SATA ainda há poucos meses em Lisboa, e agora no Funchal, propôs a um grupo de trabalhadores o seu despedimento ou, como contrapartida, a ida para Ponta Delgada por extinção dos postos de trabalho (“reestruturação”, dizia a SATA).

Será que vale tudo?

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES